

Até ao mês de Novembro alcançou-se apenas 2/3 da redução do défice da administração central e da segurança social prevista para 2011. Deste modo, para atingir o objectivo definido para o défice em 2011 será necessário assegurar cerca de 1/3 daquela melhoria no último mês do ano, algo que não será possível sem o recurso a medidas temporárias. As dívidas por pagar há mais de 90 dias aumentaram novamente em Outubro, incumprindo o objectivo previsto no Memorando de Entendimento Técnico.

Apreciação Global

1 A melhoria do défice da administração central e da segurança social alcançada até ao mês de Novembro revela-se insuficiente face ao objectivo definido para 2011. A melhoria homóloga alcançada até ao mês de Novembro fica 1836 M€ aquém do objectivo anual para a redução do défice (5220 M€) quando falta contabilizar apenas o mês de Dezembro. Deste modo, 1/3 da correcção orçamental prevista para aqueles subsectores em 2011 terá que ser assegurado no último mês do ano. Refira-se, contudo, que em Dezembro encontra-se previsto um encaixe extraordinário proveniente dos fundos de pensões do sector bancário. Por outro lado, nesse mês também se reflectirá o impacto do reforço das dotações de despesa, aprovado no âmbito da 2.ª alteração ao OE/2011.

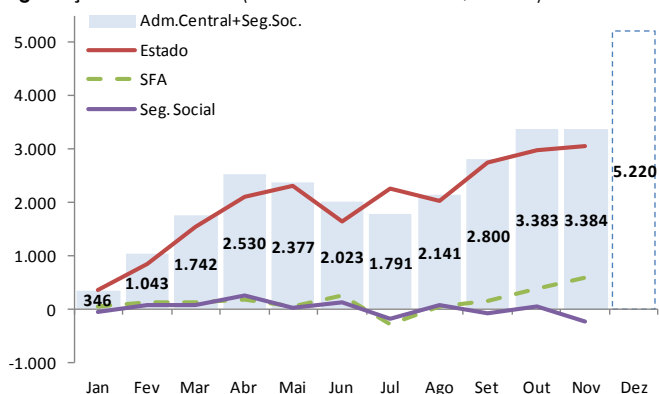
Tabela 1. Saldo global por subsectores - administração central e segurança social (em milhões de euros)

Subsector	Execução			Novo objectivo (OE/2012)	
	2010	2011	Variação Homóloga	2011	VH implícita
Estado	-12 952	-9 902	3 050	-7 505	6 773
Serviços e Fundos Autónomos	467	1 041	574	678	-1 417
Administração Central	-12 485	-8 861	3 625	-6 827	5 356
Segurança Social	1 204	963	-241	552	-137
Adm. Central + Seg. Social	-11 281	-7 898	3 384	-6 275	5 220
A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT	-11 281	-8 348	2 934	-6 725	6 652

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Notas: i) A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. ii) O montante líquido considerado no ajustamento relativo à transferência do Fundo de Pensões da PT foi de 450 M€. iii) A VH implícita à nova estimativa para 2011 (que consta do OE/2012) tem como base de comparação valores da CGE/2010.

2 A redução homóloga do défice do conjunto da administração central e da segurança social deveu-se quase integralmente ao subsector Estado. Até Novembro, o défice ascendeu a 7898 M€, melhorando 3384 M€ face a igual período do ano passado, tendo o subsector Estado sido responsável por 90% daquela melhoria. Sem a receita extraordinária respeitante à transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA, a redução do défice teria sido inferior (2934 M€).

Gráfico 1. Melhoria homóloga do saldo da administração central e da segurança social em 2011 (em termos acumulados, em M€)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. A linha a tracejado corresponde à melhoria do défice da administração central e segurança social, subjacente à nova estimativa para 2011 que consta no relatório do OE/2012.

3 No mês de Novembro foi interrompida a trajectória de diminuição do défice seguida nos últimos três meses. Com efeito, a redução alcançada até ao mês anterior manteve-se inalterada em Novembro. Essa estabilização deveu-se ao facto de, no mês de Novembro, a deterioração do saldo da segurança social (-279 M€), ter sido compensada pelas melhorias registadas no saldo do subsector Estado (82 M€) e dos serviços e fundos autónomos (196 M€). Note-se que nos últimos dois meses o subsector dos SFA foi o que mais contribuiu para a trajectória de correcção orçamental.

Estado

4 Até Novembro alcançou-se menos de metade da melhoria do défice prevista para o subsector Estado. O saldo global do Estado atingiu um défice de 9902 M€, melhorando 3050 M€ face ao período homólogo do ano anterior. Esta redução representa apenas 45% da redução implícita à nova estimativa para 2011 (6773 M€).

Tabela 2. Execução orçamental do subsector Estado

	Milhões de Euros		Variação 2010/2011		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente	31 716,7	33 820,6	6,6	6,5	5,4
Receitas fiscais	28 891,0	30 548,0	5,7	5,1	3,8
Impostos Directos - dos quais:	11 619,2	12 601,4	8,5	3,0	1,5
IRS	7 816,8	8 284,3	6,0	1,5	7,2
IRC	3 778,5	4 269,6	13,0	1,5	-8,9
Impostos indirectos - dos quais:	17 271,8	17 946,6	3,9	2,1	5,4
IVA	11 231,8	12 160,6	8,3	2,9	9,1
Receitas correntes não fiscais	2 825,7	3 272,6	15,8	1,4	21,8
2. Receita de Capital	512,4	320,7	-37,4	-0,6	32,1
3. Receita Efectiva (1+2)	32 229,1	34 141,3	5,9	5,9	6,0
4. Despesa Corrente Primária - da qual:	37 644,4	35 427,8	-5,9	-4,9	-7,0
Despesas com o pessoal	10 461,1	9 394,5	-10,2	-2,4	-15,5
Aquisição bens e serviços correntes	1 090,7	1 390,5	27,5	0,7	34,1
5. Despesa de Capital	2 598,2	2 630,9	1,3	0,1	5,3
6. Despesa Primária (4+5)	40 242,6	38 058,7	-5,4	-4,8	-5,9
7. Juros e outros encargos	4 938,6	5 984,4	21,2	2,3	26,7
8. Despesa Efectiva (6+7)	45 181,2	44 043,1	-2,5	-2,5	-2,7
9. Saldo Primário (3-6)	-8 013,5	-3 917,4	:	:	:
10. Saldo Global (3-8)	-12 952,1	-9 901,8	:	:	:

Ajustamentos na despesa:

A. Nova forma de contabilização das despesas com a ADSE:

	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (%)	Tx Cresc. OE2011 (%)
Despesas com o pessoal	9 955,6	9 394,5	-5,6	-1,2	-2,4
Aquisição bens e serviços correntes	1 596,2	1 390,5	-12,9	-0,5	-0,2

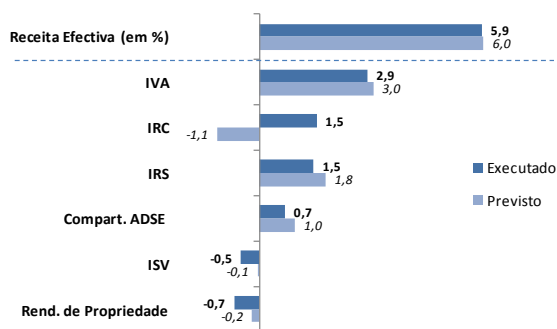
B. Objectivos OE/2011, excluindo a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície *

	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (%)	Tx Cresc. OE2011 (%)
Despesa de Capital	2 598,2	2 630,9	1,3	0,1	-19,8
Despesa Primária	40 242,6	38 058,7	-5,4	-4,8	-8,1
Despesa Efectiva	45 181,2	44 043,1	-2,5	-2,5	-4,7

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: * A taxa de crescimento do OE/2011 ajustada exclui a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010. As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010. | n.c. - não comparável.

5 O crescimento da receita efectiva encontra-se praticamente em linha com o objectivo implícito no OE/2011. A receita efectiva aumentou 5,9% em termos homólogos, ficando 0,1 p.p. abaixo do ritmo implícito no OE/2011 (6%). Esta evolução deveu-se ao facto da receita fiscal ter crescido 5,7%, ou seja, 1,9 p.p. acima do crescimento implícito do OE/2011 (3,8%). Esta evolução mais positiva compensou o fraco comportamento da receita de capital e da receita corrente não fiscal, cuja evolução se encontra aquém do crescimento implícito no OE/2011 (embora no caso da receita de capital seja expectável um acréscimo no mês de Dezembro, decorrente do encaixe proveniente da emissão de licenças 4G).

Gráfico 2. Principais contributos para a variação da receita do Estado
(em termos acumulados, em pontos percentuais)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

6 A receita proveniente da sobretaxa extraordinária em sede de IRS justificou a aceleração da cobrança líquida dos impostos directos. Esse facto, mais que compensou a desaceleração registada na cobrança líquida dos impostos indirectos (sobretudo do IVA, ISV e ISP). Deste modo, a receita fiscal acelerou 0,5 p.p. face ao mês anterior, tendo registado a Tvha mais elevada desde Maio.

7 Ao contrário do previsto, a cobrança de IRC encontra-se a contribuir positivamente para o crescimento da receita efectiva. Com efeito, o contributo positivo da receita proveniente da cobrança de IRC (1,5 p.p.) para o aumento da receita efectiva, contrasta com a previsão negativa implícita no OE/2011 (-1,1 p.p.). A cobrança de IRC registou um crescimento homólogo de 13%, justificado quer pelo aumento da receita bruta (5,2%) quer pela diminuição de reembolsos (-17%), o que, segundo a DGO, "...resulta da maior convergência entre as autoliquidações e os pagamentos por conta efectuados".

8 O IVA continua a ser determinante para o crescimento da receita efectiva. Em Novembro assistiu-se a um abrandamento da cobrança dos impostos indirectos, nomeadamente no IVA (-1,3 p.p. face ao mês anterior). Ainda assim, este imposto continua a evidenciar o maior contributo para o crescimento da receita efectiva (2,9 p.p.), praticamente em linha com o previsto (3 p.p.). Esta desaceleração do IVA (justificada em grande parte pelo aumento dos reembolsos em 11% face a igual mês do ano transacto) deverá ser invertida no próximo mês, em resultado dos efeitos decorrentes do aumento da taxa do IVA nos produtos energéticos.

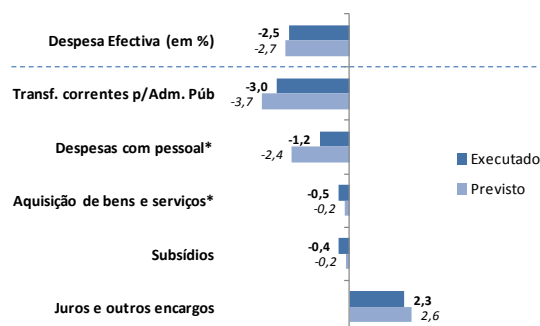
9 O ritmo de redução da despesa continuou a abrandar, tendo-se registado a menor diminuição do ano em termos acumulados. A despesa efectiva do Estado diminuiu 2,5%, encontrando-se 0,2 p.p. aquém da redução implícita no OE/2011 (2,2 p.p. se considerarmos o objectivo corrigido da já referida dotação relativa ao material militar). Trata-se da menor redução registada no corrente ano, que reflecte uma desaceleração de 1,1 p.p. face à registada no mês anterior.

10 No mês de Novembro, a despesa efectiva do Estado aumentou 334 M€ face ao mês homólogo de 2010. Esse acréscimo, o quarto no corrente ano, deveu-se a um aumento da despesa com juros (+445 M€) e com a contribuição financeira para o orçamento da União Europeia (314 M€, enquanto em Novembro do ano transacto não foi transferida qualquer verba). Estes acréscimos foram apenas parcialmente atenuados pela diminuição das despesas com pessoal (-118 M€), das transferências correntes para as administrações públicas (-185 M€) e das transferências de capital para entidades fora das administrações públicas (-116 M€).

11 A despesa corrente primária apresentou a menor diminuição homóloga acumulada desde a registada em Maio, encontrando-se 1,1 p.p. aquém do objectivo implícito no

OE/2011. Ainda assim, refira-se que aquela redução (de 5,9%) representou um contributo de 4,9 p.p. para a diminuição da despesa efectiva, mais que compensando o aumento da despesa com juros (contributo de 2,3 p.p.).

Gráfico 3. Principais contributos para a variação da despesa do Estado
(em termos acumulados, em pontos percentuais)

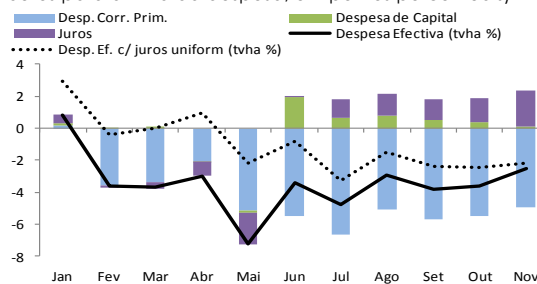


Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: * Valores ajustados do novo método de contabilização da despesa da ADSE, que foi reclassificada de "despesas com pessoal" para "aquisição de bens e serviços".

12 A redução das transferências correntes para outros subsectores das administrações públicas e das despesas com o pessoal encontra-se abaixo do previsto. Com efeito, o contributo daquelas transferências para a redução da despesa efectiva é inferior em 0,7 p.p. face ao implícito no OE/2011. A diminuição das despesas com pessoal (com ou sem o ajustamento relativo à nova forma de contabilização da despesa da ADSE) traduz um contributo ainda insuficiente, que corresponde a cerca de metade do previsto.

13 Em Novembro, a despesa com juros registou o maior aumento mensal em termos homólogos (445 M€). Este facto contribuiu para que o diferencial entre a Tvha da despesa efectiva e a que se teria registado se os juros e outros encargos tivessem sido pagos uniformemente (em 2010 e 2011), seja praticamente inexistente (-0,4 p.p., o menor diferencial do ano). Apesar de só em Janeiro se ter registado uma Tvha mais elevada, o aumento da despesa com juros (21,2%) encontra-se ainda abaixo do crescimento implícito no OE/2011 (26,7%) e o seu contributo para o acréscimo da despesa efectiva é 0,3 p.p. inferior ao previsto. Refira-se que o cumprimento da nova previsão para os juros em 2011 (6327,5 M€) - actualizada no âmbito do relatório do OE/2012 - implicará um aumento homólogo de 355 M€ no último mês do ano.

Gráfico 4. A influência dos juros na evolução da despesa do Estado
(contributos para a Tvha da despesa, em pontos percentuais)



Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
c/juros uniform	2,9	-0,4	0,0	1,0	-2,2	-0,8	-3,3	-1,5	-2,4	-2,4	-2,2
s/juros uniform	0,9	-3,6	-3,6	-3,0	-7,2	-3,4	-4,8	-2,9	-3,8	-3,6	-2,5
Diferencial	-2,1	-3,2	-3,6	-4,0	-5,0	-2,6	-1,5	-1,4	-1,5	-1,2	-0,4

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

14 O desvio do grau de execução da despesa efectiva face ao padrão médio acentuou-se novamente em Novembro. A despesa efectiva atingiu um grau de execução de 90%, que não reflecte ainda o reforço aprovado através da 2.ª alteração à lei do OE/2011 (que irá ocorrer apenas em Dezembro). Este rácio é superior em 3,6 p.p. face ao registado no período homólogo de 2010 e em 1,6 p.p. relativamente ao

padrão médio de execução orçamental dos últimos quatro anos. Trata-se do maior desvio acima daquele padrão no corrente ano, aumentando 0,1 p.p. relativamente verificado no mês anterior, sobretudo em resultado da redução do desvio favorável dos juros. Não obstante a correcção verificada ao nível das despesas com pessoal (na sequência do reforço com contrapartida na dotação provisional), o desvio da despesa corrente primária voltou a aumentar, induzido pela evolução das transferências correntes. Em termos acumulados, o maior desvio ocorreu na despesa de capital, embora influenciado pelo reforço, em 2010, da dotação relativa à aquisição do referido material militar, cujo pagamento ocorreu em Dezembro/2010.

Tabela 3. Desvio face ao padrão médio de execução orçamental (em pontos percentuais)

	Jan-Mar.11	Jan-Jun.11	Jan-Set.11	Jan-Out.11	Jan-Nov.11
Despesa Efectiva	-0,9	1,3	0,5	1,5	1,6
1. Despesa Corrente Primária	0,5	1,3	0,9	0,6	0,8
Despesa Pessoal	1,3	4,3	4,0	4,1	2,0
Aq. Bens e Serviços	4,2	6,9	5,6	5,1	4,4
Trf. Correntes	0,3	0,6	1,1	0,9	1,9
Subsídios	0,4	-1,0	-20,9	-34,2	-37,9
Outra desp. Corrente	-8,9	-19,0	-23,2	-23,8	-11,0
2. Despesa de Capital	-4,3	17,0	13,2	12,2	10,7
3. Juros	-5,5	-10,0	-11,1	-3,3	-1,4

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: O padrão médio de execução representa a média aritmética simples dos graus de execução dos 4 anos anteriores, tal como apurados pela DGO. Um desvio negativo significa que o grau de execução apurado encontra-se abaixo daquele referencial médio. Um desvio positivo significa o oposto.

15 Em Novembro não foram concedidos empréstimos a entidades públicas. Desde o início do ano, esses empréstimos para apoio a tesouraria já totalizam 1 655 M€. Refira-se que no próximo mês estão previstos empréstimos a entidades públicas, na sequência do reforço de aproximadamente 8200 M€, aprovado no âmbito da 2.ª alteração à lei do OE/2011. Deste reforço, 3300 M€ destinam-se às empresas Estradas de Portugal, Metropolitano de Lisboa e Metro de Porto e 3000 M€ às sociedades veículos da reestruturação financeira do BPN.

Serviços e Fundos Autónomos

16 A análise da execução orçamental dos SFA continua a estar influenciada por dois factores: a ausência de reporte, em 2010, das despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde; e a receita de carácter extraordinário em 2011, associada à transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA, com um impacto líquido de 450 M€ no saldo global deste subsector.

17 O saldo global ajustado dos SFA melhorou pela primeira vez em termos homólogos mas essa melhoria encontra-se aquém da implícita no OE/2011. O subsector dos SFA atingiu um excedente orçamental de 1041,2 M€. Excluindo o efeito da referida operação temporária, o saldo global ascendeu a cerca de 591,2 M€, ficando aquém do saldo (ajustado) implícito ao OE/2011 (681 M€) – Gráfico 5. A melhoria registada no saldo corrente (cerca de 200 M€) permitiu que, pela primeira vez no corrente ano, o saldo global ajustado tenha apresentado uma variação homóloga positiva (124,5 M€).

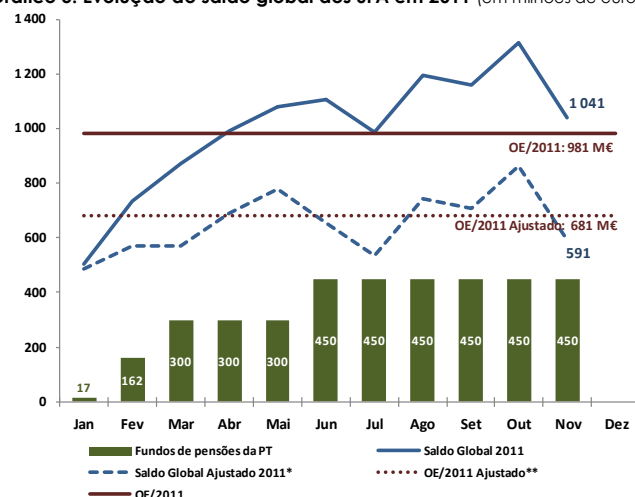
18 Em termos ajustados, a receita efectiva apresentou uma redução de 1,6%. Destaque para a quebra de receita das "Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE" (contributo de -1 p.p.) e das transferências (correntes e de capital) do OE (-2,3 p.p.). Estas diminuições foram apenas parcialmente compensadas pelo aumento das transferências provenientes da UE e pelo rendimento obtido com aplicações financeiras (classificado como "outras receitas correntes").

Tabela 4. Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos

	Milhões de Euros		Tvha (%)	CTVHA (p.p.)		P. m.: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
1. Receita Corrente	20 746,2	20 572,7	-0,8	-0,8	-2,1	0,2
Contribuições p/ S. Social, CGA e ADSE	3 682,2	3 467,6	-5,8	-1,0	:	0,0
Transferências correntes	14 886,0	14 760,1	-0,8	-0,6	:	n.d.
Outras receitas correntes	695,5	840,7	20,9	0,7	:	n.d.
2. Receita de Capital	971,2	1 400,2	44,2	2,0	0,0	-55,1
Transferências de capital	929,6	1 383,8	48,9	2,1	0,0	n.d.
Outras transferências de capital	20,5	606,2	2 855,8	2,7	0,0	n.d.
3. Receita Efectiva (1+2)	21 717,4	21 972,9	1,2	1,2	-2,0	-6,9
4. Despesa Corrente	20 320,2	19 948,3	-1,8	-1,8	-2,4	-3,7
Despesas com o pessoal	2 435,6	2 578,5	5,9	0,7	0,9	0,2
Aquisição de bens e serviços	7 306,2	7 225,9	-1,1	-0,4	0,1	-12,6
Transferências correntes	9 495,5	9 693,5	2,1	0,9	-0,1	1,5
5. Despesa de Capital	930,5	983,4	5,7	0,2	0,1	10,7
6. Despesa Efectiva (4+5)	21 250,7	20 931,8	-1,5	-1,5	-2,3	-3,0
7. Saldo Global (3-6)	466,7	1 041,2				

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: ctvha - contributo para a taxa de variação homóloga acumulada. A despesa efectiva dos SFA, em 2010, encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde. | As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da CGE/2010.

Gráfico 5. Evolução do saldo global dos SFA em 2011 (em milhões de euros)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Notas: * Excluindo o impacto da operação extraordinária associada à transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA; ** Excluindo a dotação inscrita no OE/2011 relativa à incorporação dos Fundos de Pensões da PT na CGA (300 M€).

19 A despesa efectiva diminuiu em termos homólogos, salientando-se o seguinte:

- As despesas com pessoal em termos comparáveis apresentam uma redução de 7,5%, de acordo com a DGO;
- A despesa com a "aquisição de bens e serviços" apresenta agora uma variação homóloga menos favorável face ao verificado em Outubro, agravando-se o desvio face ao implícito no OE/2011; segundo a DGO esta rubrica encontra-se muito influenciada pela ausência de reporte, em 2010, da ARS Centro; corrigindo este efeito a variação homóloga situa-se ainda assim cerca de 6 p.p. abaixo do implícito no OE/2011;
- O aumento das transferências correntes (2,1%) encontra-se 0,6 p.p. acima do previsto no OE/2011. Este comportamento reflecte o acréscimo de encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e outras entidades.

Informação Técnica n.º 29/2011

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Dezembro de 2011 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na Óptica da Contabilidade Pública. Disponível em <http://arnet/sites/DSATS/UTAO/Paginas/Default.aspx> | www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/5COFAP/Paginas/RelatoriosActividade.aspx

20 A segurança social apresentou um excedente inferior ao registado no período homólogo. Entre Janeiro e Novembro de 2011, a segurança social gerou um excedente orçamental de 963 M€, inferior ao verificado no período homólogo em 241 M€. Não é possível antecipar com exactidão se o saldo global de 2011 se situará ou não aquém do objectivo. Contudo, será de esperar uma diminuição do excedente deste subsector no mês de Dezembro devido ao habitual aumento da despesa com prestações sociais. A título de exemplo, o saldo da segurança social foi de -517,7 M€ e de -553,1 M€ em Dezembro de 2009 e 2010, respectivamente.

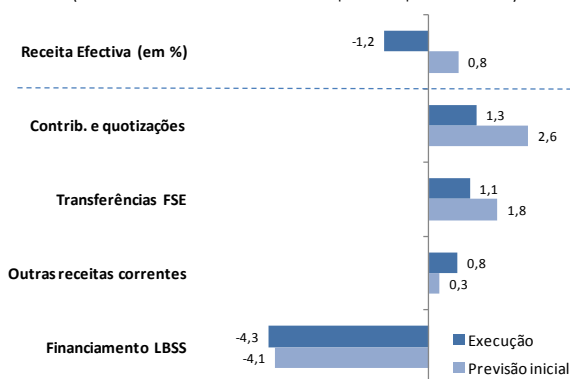
Tabela 5 - Execução orçamental da segurança social

	CGE			Variação prevista 2010/OE2011		Variação prevista 2010/OE2012		Exec. Orçamental		Variação 2010/11	
	2010	2011	2011	em valor (M€)	tvha (%)	em valor (M€)	tvha (%)	Jan-Nov 2010	Jan-Nov 2011	em valor (M€)	tvha (%)
	Receita Efectiva	23 857	24 044	23 905	187	0,8	48	0,2	21 586	21 328	-259
Despesa Efectiva	23 168	23 444	23 353	276	1,2	184	0,8	20 382	20 365	-17	-0,1
Saldo Global	689	600	552	-89		-137		1 204	963	-241	

Fonte: DGO, Segurança Social. Cálculos da UTAO.

21 A receita apresentou um desempenho desfavorável, tendo este sido parcialmente compensado pela variação da despesa. Até ao mês de Novembro, a receita da segurança social diminuiu 1,2% face ao período homólogo (-259 M€), encontrando-se aquém do objectivo definido inicialmente para o conjunto do ano (+0,8%) e, também, do objectivo revisto por ocasião do OE/2012 (+0,2%). Consequentemente, constata-se que a execução da receita contribuiu para um desvio do saldo global, o qual foi apenas parcialmente compensado pela evolução favorável da despesa. Com efeito, ao aumento anual de 276 M€ previsto inicialmente para a despesa (revisto para 184 M€, no OE/2012), correspondeu uma redução de 17 M€ até Novembro.

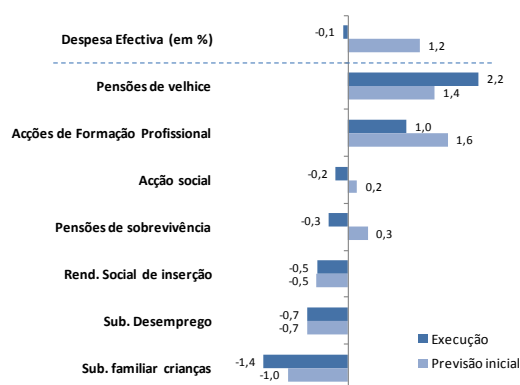
Gráfico 6 – Principais contributos para a variação da receita (em termos acumulados, em pontos percentuais)



Fonte: DGO, Segurança Social. Cálculos da UTAO.

22 As “contribuições e quotizações” são as principais responsáveis pelo insuficiente desempenho da receita. Com efeito, o contributo desta componente – aquela com maior peso no total da receita – para o crescimento homólogo da receita efectiva é apenas metade do previsto. Igualmente abaixo do previsto encontra-se o contributo das transferências do Fundo Social Europeu. De acordo com a previsão inicial, o aumento destas duas componentes deveria ter compensado a redução das transferências correntes do OE no âmbito da lei de bases da segurança social. Porém, até Novembro de 2011, essa previsão não se concretizou.

Gráfico 7 – Principais contributos para a variação da despesa (em termos acumulados, em pontos percentuais)



Fonte: DGO, Segurança Social. Cálculos da UTAO.

23 A despesa efectiva reduziu-se, embora a despesa com pensões de velhice tenha aumentado acima do previsto. Não obstante o aumento de 4,9% da despesa com pensões (contribuindo em 2,2 p.p. para a variação homóloga da despesa efectiva, em vez dos 1,4 p.p. previstos), a despesa efectiva reduziu-se 0,1%. Para esta evolução contribuiu essencialmente a redução, superior à prevista, da despesa com os subsídios familiares a crianças e jovens (com um contributo de -1,4 p.p. em vez de -1 p.p.).

Dívida não financeira

24 As administrações públicas registaram uma redução do stock de encargos assumidos e não pagos (EANP) desde Agosto. Prosseguindo a tendência de redução registada nos últimos três meses, o stock de EANP ascendeu em Outubro a 6658 M€, menos 99 M€ que o verificado em Setembro.

25 Contudo, o stock de “pagamentos em atraso” continuou a aumentar. Em Outubro, as dívidas por pagar há mais de 90 dias totalizaram 5541 M€. Estas aumentaram 621 M€ face a Junho, tendo a variação mensal em Outubro sido de 154 M€. Com efeito, a administração local e as entidades públicas reclassificadas foram as únicas que reduziram as suas dívidas em atraso. Pelo contrário, os hospitais EPE e a administração regional aumentaram este tipo de dívidas em 64 e 75 M€, respectivamente.

Tabela 6 – Pagamentos em atraso até Outubro 2011 (dívidas por pagar há mais de 90 dias, em milhões de euros)

Subsector	Variações					
	Junho		Outubro		Acum. desde Junho	
	M€	%	M€	%	M€	%
Administrações Públicas (Total consolidado)	3190		3421		231	7,3
Admin. Central excl. Subsector da Saúde	312		351	11,6	38	12,3
Subsector da Saúde	346		421	9,4	75	21,7
Entidades públicas reclassificadas	58		84	-14,8	26	43,9
Administração Regional	923		1073	7,5	151	16,3
Administração Local	1725		1680	-2,3	-45	-2,6
Outras Entidades	1731		2120		390	22,5
Empresas públicas não reclassificadas	13		10	18,1	-3	-21,8
Hospitais EPE	1718		2110	3,1	392	22,8
Administrações Públicas e outras entidades	4920		5541		621	12,6

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

26 O aumento dos “pagamentos em atraso” deu origem ao incumprimento do critério previsto no Memorando de Entendimento Técnico. Até Outubro, a administração regional e local foi responsável por 80% das dívidas por pagar há mais de 90 dias. Apesar da administração local ter apresentado uma redução de 45 M€, a administração regional teve um comportamento distinto com um incremento de 151 M€ desde Junho. No que se refere às entidades fora do perímetro das administrações públicas, os hospitais EPE continuaram a aumentar o stock de “pagamentos em atraso”, cuja variação foi de 392 M€ face a Junho de 2011.